

1
2
3

1 Ata da Assembleia Geral Ordinária da **Comissão Municipal de Prevenção e**
2 **Erradicação do Trabalho Infantil de Santos – CM-PETI**. Aos vinte e um dias do
3 **mês de Março de dois e treze** às nove horas na Casa de Participação
4 Comunitária, situada a Avenida Rei Alberto I, nº 119 – Ponta da Praia – Santos –
5 SP, com a presença dos integrantes da comissão, cujas assinaturas constam na
6 lista em anexo que faz parte integrante desta ata. Em segunda chamada, a Sra.
7 Rose Mary M. C. Azevedo, coordenadora, cumprimenta a todos e passa para o
8 **Item 1** – Apreciação e deliberação da ata da assembleia anterior **(22/02/2013)**.
9 Após o início da leitura da ata, por haver a necessidade de diversas correções, o
10 colegiado sugeriu e decidiu que fosse feita a correção e a reorganização da ata
11 para leitura e aprovação na assembleia de Abril. **Item 2** – Relatos da participação
12 de membros da CM-PETI na AGO do CMDCA. Estavam presentes na assembleia
13 do CMDCA a Sra. Rose (SEDUC) e a Sra. Fernanda (Pró-viver), porém como a
14 pauta da AGO do CMDCA era extensa e o item o qual seria tratado do assunto
15 referente ao plano municipal de prevenção e erradicação do trabalho infantil era o
16 penúltimo, por conta do avançar do horário, solicitou-se a transferência do item
17 para a próxima assembleia, destacando a importância de ser incluída entre os
18 primeiros assuntos da pauta. **Item 3** – Apresentação do diagnóstico preparado pela
19 Associação Poiesis, Pró-viver Obras Sociais e Educacionais Projeto Educacional
20 de Conscientização e Orientação – PROECO. A Sra. Vanessa Rodrigues começa
21 explicando que na última AGO da CM-PETI foi solicitado um relatório
22 quantiquantitativo referente às ações desenvolvidas ao longo de seis anos de
23 parceria com a Fundação Telefônica – Vivo e as três ONG's contempladas
24 (Poiesis, Pró-viver e Proeco), por intermédio do programa Pró-menino que objetiva
25 a prevenção e combate ao trabalho infantil. Com isso as três ONG's reuniram-se
26 para formular um único documento apontando os dados, parcerias e investimentos
27 adquiridos no processo. Após breve explanação acerca da introdução do relatório,
28 apresentado os gráficos com os seguintes resultados: Associação Poiesis – 105
29 inserções sendo 43% meninas e 57% meninos. Tipos de Trabalho 23% tomar
30 conta de carro; 20% coleta e separação de material para reciclagem; 15% trabalho
31 doméstico; 13% Babá; 10% comércio ambulante, panfletagem, etc.; 7% engraxate;
32 6% atividade artística em semáforos; 5% venda de cartão de estacionamento
33 (CET) e 1% produção e comercialização de drogas. Mapeamento escolar 35%
34 UME Avelino da Paz Vieira; 25% UME José Bonifácio; 17% EE Barnabé; 10% UME
35 Mario de Almeida Alcântara; 8% EE Visconde de São Leopoldo; 5% EE Cleóbulo
36 Amazonas. Casos identificados 61% em risco (prevenção) e 39% em situação de
37 trabalho infantil. Evasões 25% mudança de atendimento/serviço; 35% mudança de
38 município; 15% negou a participação; 10% mudança de bairro/território; 15% não
39 encontrado. Retornos 83% retorno ao município/território e 17% aceitação ao
40 serviço. Retirado/resiliência 14% reincidiu; 28% retirado do TI e 58% resiliência.
41 Em meio a explanação a Sra. Rosana Russo, secretária de assistência social de
42 Santos, perguntou se os tipos de trabalho referiam-se aos 105 atendidos ou
43 somente aos 39% dos casos efetivos. Sra. Vanessa explica que referem-se aos
44 105, pois mesmo os casos de prevenção encontravam-se histórico de atividades
45 de trabalho. A Sra. Ana Lucia Rezende representante da secretaria de cultura de
46 Santos, sugere que seja feito um quadro apontando os tipos de trabalho somente
47 dos casos efetivos. A Sra. Luci Freitas, colaboradora, sugere também que seja feito

4
5
6

48 uma legenda para facilitar o entendimento dos gráficos. Em cima disso, a Sra.
49 Rosana Russo, acrescenta outra sugestão referente ao último dado sobre
50 retirado/resiliência, que seria unificar o percentual de retirado do trabalho infantil e
51 resiliência, para melhor interpretação, ou seja, apontar esse dado como retirado do
52 trabalho infantil/risco, ou explanar a cerca da terminologia e processo de obtenção
53 de dados utilizando a legenda conforme a Sra. Luci Freitas sugeriu anteriormente,
54 pois a partir dos dados é que se desenvolvem políticas públicas por isso, a
55 importância da clareza na leitura e interpretação dos dados. A Sra. Valéria Gallotti,
56 chefe da casa de participação comunitária, pergunta quantas crianças encontram-
57 se ainda em situação de trabalho infantil. A Sra. Vanessa responde que 14% ainda
58 encontram-se nessa situação. A Sra. Ana Lucia reafirma então que 14% ou seja,
59 13 crianças ainda estão em trabalho infantil. A Sra. Elizabeth Ap. B. B. Rodrigues
60 representante da Associação Poiesis, destaca que esse número ainda é maior se
61 for verificar os índices do IBGE. A Sra. Ana Lucia questiona que com esses dados
62 divergentes frente aos dados do SISPETI gera uma inconsistência que prejudica a
63 política. A Sra. Rosana Caruso chefe da proteção social especial explica que a
64 política da assistência social trabalha com um conceito e o que está sendo
65 apresentado é o resultado de um trabalho realizado baseado numa proposta de
66 uma fundação com conceitos diferentes de uma política pública chamada
67 assistência social dentro de um sistema chamado SISPETI que não reconhece a
68 questão da vulnerabilidade, pois, só pode ser inserida aquela criança que está no
69 risco, portanto os números nunca irão coincidir. Quando houver uma normatização
70 do MDS na inserção da criança em risco e as demais vulnerabilidades então
71 quando no passado apareceram 101 crianças no sistema apareceriam 505, por
72 exemplo. A Sra. Ana Lucia frente a essa explicação pontua então que os conselhos
73 não devem aprovar projetos que estejam em desacordo com a política da cidade,
74 pois neste caso nunca se terá dados reais. A Sra. Rosana Caruso pontua que
75 ainda exista todo esse trabalho realizado pelas ONG's é possível apontar casos
76 não atendidos nos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos (SCFV)
77 nas comunidades. A Sra. Elizabeth coloca que a saúde, educação e assistência
78 social tem que passar a diagnosticar os casos. A Sra. Rosana Caruso lembra que a
79 própria secretaria de saúde que tem um instrumental de notificação que antes não
80 via o trabalho infantil, hoje pontua nessa ficha essa questão. A Sra. Ana Lucia
81 reafirma que de qualquer forma tudo tem que ser feito na mesma política, pois não
82 adianta a Fundação Telefônica - Vivo vir com um instrumental (pernilongo) e a
83 secretaria de assistência social (SEAS) não aceitar. A Sra. Luci Freitas fala que
84 existe uma questão muito séria nesta cidade e em todas as outras. São dois
85 momentos, um são os pontos facultativos e o outro são os eventos internos em
86 escolas dos quais não são pré-avisados. Essas questões levam as crianças e os
87 adolescentes a ficarem nas ruas, muitas vezes em locais impróprios com pessoas
88 usuárias de drogas. Ainda existe a questão da dispensa dos alunos, quando o
89 professor falta. Em questionamento a supervisão de ensino foi explicado que os
90 alunos ficam com hora livre para brincar e que é escolha deles não irem para a
91 escola. Explica ainda que a ficha de aluno infrequente (FICAI), que aponta a
92 evasão escolar, mostra indícios que devem ser apurados. Por que essa criança
93 está faltando? O que está acontecendo? Finalizando sua fala Sra. Luci ressalva a
94 necessidade de analisar essas questões, pois as pessoas muitas vezes não

95 sabem como proceder corretamente e a sociedade tem que passar a se envolver
96 com a política, haja vista ser de responsabilidade de todos. Dando continuidade à
97 apresentação do relatório a Sra. Paula Siqueira representante do PROECO
98 explana que os dados computados referem-se à totalidade daqueles que passaram
99 pelo programa, ou seja, quem foi inserido no sistema internacional de
100 monitoramento (SIM) desde 2006 até hoje. Foram atendidas 472 crianças e
101 adolescentes sendo 47% meninas e 53% meninos. Tipos de trabalho 51%
102 comércio ambulante, panfletagem, etc.; 40% coleta de material para reciclagem;
103 4% trabalho doméstico; 3% produção e comercialização de drogas e 2%
104 construção civil. Mapeamento escolar 64% UME Esmeraldo Tarquínio e 36% UME
105 Pedro Crescente. Casos Identificados 30% em situação de trabalho infantil e 70%
106 em risco (prevenção). Evasões 37% mudança de bairro/território; 36% outras
107 atividades relacionadas ao lazer e esporte; 9% negou a participação; 9% idade
108 legal para ingresso no mercado de trabalho; 2% mudança de atendimento/serviço
109 e 1% problemas de saúde. Retirado/Resiliência 53% retirado do TI; 30%
110 reincidiu/oscilante e 17% resiliência. A Sra. Fernanda de Souza representante da
111 Pró-viver começa sua apresentação explicando que como o PROECO fez o calculo
112 dos dados de todo o processo, ou seja, dos seis anos de convênio. Foram
113 atendidas 446 crianças e adolescentes sendo 60% meninos e 40% meninas. Tipos
114 de trabalho 23% trabalho doméstico; 18% tomar conta de carro; 14% atividades
115 artísticas em semáforos; 13% produção e comercialização de drogas; 13% serviço
116 terceirizados (lava rápido, bicicletaria e borracharia, barraca de praia e bar); 10%
117 comércio ambulante e panfletagem; 9% coleta e separação de material para
118 reciclagem. Casos identificados 30% em situação de trabalho infantil e 70% em
119 risco (prevenção). Evasões 25% atingiu a idade; 25% mudança de bairro/território;
120 25% mudança de município; 17% mudança de atendimento/serviço e 8% negou a
121 participação. Retirado/Resiliência 62% retirado do trabalho infantil; 22% reincidiu;
122 16% resiliência. A Sra. Fernanda ainda informa o que havia sido solicitado foi à
123 compilação dos dados do Programa Pró-menino desenvolvido pelos 3P's, de modo
124 que foi apresentado o resultado obtido ao longo dos seis anos de parceria. Sra.
125 Ana Lucia pondera qual o real número ainda existente de casos de trabalho infantil
126 ao término dessa parceria, para poder avaliar se de fato foi positivo esse processo
127 ou não. A Sra. Fernanda responde que com certeza valeu muito por ter permitido
128 um olhar mais abrangente e sensibilizado frente a questão, além de toda a
129 mobilização e capacitação adquirida. A Sra. Valéria Gallotti pergunta como se
130 procederá a partir de agora que não há mais convênio com a Fundação Telefônica
131 Vivo. A Sra. Elizabeth relembra que inicialmente houve uma conversa ente gestor e
132 a Fundação Telefônica Vivo que depois desse processo o município deveria
133 assumir os casos existentes. A Sra. Vanessa fala que o PETI é um programa
134 federal com diretrizes de trabalho específicas e garantidas por lei de modo que os
135 casos existentes devem ser acompanhados com vista neste programa. O que
136 precisa ser melhorado é a articulação da rede para que a referencia e contra
137 referencia dos serviços não prejudique o processo. Prossegue falando que a
138 parceria com a Fundação Telefônica - Vivo favoreceu o município não somente
139 com os projetos desenvolvidos pelos 3P's como também em outros setores como
140 as escolas parceiras (UME "Avelino da Paz Vieira", UME "José Bonifacio", UME
141 "Pedro Crescenti", UME "Esmeraldo Tarquínio", UME "Mario de Almeida Alcântara"

10
11
12

142 e UME “Olavo Bilac”), que além de participarem de capacitações receberam a
143 doação de classmates (notebooks), a capacitação para os conselheiros de direito
144 que objetivava o mapeamento dos dados municipais para a construção de políticas
145 públicas. A Sra. Ana Lucia expõe que esse processo não foi concluído pela
146 dificuldade no fechamento do processo, pois a falta de metodologia do instituto que
147 estava responsável em disseminar o conteúdo, não oportunizou a realização pela
148 inconsistência do instrumental feito pela Aprattein Consultoria. Explica que
149 aparentemente o objetivo era que fosse criado o plano municipal, do qual o
150 município de Santos já tem, inclusive foi usado como modelo para outra cidade do
151 interior de São Paulo. A Sra. Vanessa termina a apresentação do relatório
152 expondo que os ganhos foram muitos para as três instituições e principalmente
153 para o município e completa que existe ainda a necessidade de melhorar a
154 articulação da rede para efetiva diminuição dos casos que surgem dia-a-dia
155 conforme apontam os dados do IBGE Censo, 2010. A Sra. Rose sugere que seja
156 feito os gráficos de mapeamento escolar incluindo as demais escolas que não
157 apareceram, mas que tinham alunos em situação de trabalho infantil. A Sra.
158 Rosana Caruso parabeniza o trabalho e a apresentação e sugere também que
159 acrescentem um gráfico de quantos casos efetivos ainda existem e em quais tipos
160 para facilitar a atuação do gestor baseado nas diretrizes nacionais. A Sra. Rosana
161 Russo acrescenta que isso é fundamental para nortear o trabalho. A Sra. Luci
162 sugere que seja feito também a consolidação dos dados. A Sra. Ana Lucia
163 acrescenta que depois de feita essa consolidação seja encaminhado para o
164 CMDCA como feedback desse investimento. Fechando esse item a Sra. Rose
165 parabeniza as técnicas das instituições pelo trabalho e apresentação. **Item 4 –**
166 **Deliberação dos procedimentos para elaboração do projeto referente ao Dia**
167 **Nacional de mobilização, prevenção e combate ao Trabalho Infantil.** A Sra. Rose
168 começa explicando que a data intitulada para isso é 12 de Junho, porém o
169 município de Santos até o dia 13 de Junho estará em comemoração aos 250 anos
170 do José Bonifácio e propõe que a mobilização seja realizada posteriormente,
171 inclusive porque no dia 13 de Junho, Santos será a capital do estado, logo o evento
172 será muito maior e corre o risco de perder o público em virtude desse evento. A
173 Sra. Ana Lucia sugere que a melhor ação que a CM-PETI poderia fazer era uma
174 matéria televisiva. Encaminhar ao CMDCA um projeto dizendo a necessidade de
175 ser criada uma mídia televisiva que contenha uma explanação dos malefícios do
176 trabalho infantil. A Sra. Vanessa pontua a importância de haver também um
177 momento de reflexão acerca do assunto com os atores do sistema de garantia dos
178 direitos da criança e do adolescente (SGDCA), marcando assim o dia internacional
179 de combate ao trabalho infantil. Sra. Rosana Caruso argumenta que seria
180 interessante realizar uma audiência pública. Para conclusão dessas sugestões foi
181 agendado entre os presentes uma reunião para organizar as ações e elaborar o
182 projeto. A reunião ficou para o dia 03/04/2013 (quarta-feira) às 9h00 nesta casa.
183 **Item 5 – Relatos do Gestor.** Sra. Rosana Caruso apresenta os dados do SISPETI,
184 onde 4 casos são de exploração sexual e 7 casos em outras situações de trabalho,
185 totalizando 11 casos no SISPETI acompanhados pelo CREAS (Centro de
186 Referência Especializado de Assistência Social). Informa que ocorreu uma reunião
187 entre proteção social básica (PSB), e proteção social especial (PSE), onde
188 surgiram algumas propostas de ação que auxiliara no diagnóstico da cidade. Uma

13
14
15

189 delas seria a abordagem social somente para crianças e adolescentes em
190 cumprimento ao plano municipal de prevenção e erradicação do trabalho infantil,
191 do qual iria mapear os territórios identificando as principais formas de trabalho.
192 Outra ação será inserir no SISPETI o adolescente autor de ato infracional oriundo
193 do trafico de drogas com primeiro atendimento no NAI. Sra. Rosana Russo
194 acrescenta que é importante deixar claro que ainda não se sabe como será
195 abordada essa situação do tráfico de drogas. O que interessa nesse primeiro
196 momento é mostrar para a sociedade, dando visibilidade ao grande problema que
197 atinge os adolescentes. Sra. Rosana Caruso continua apresentando a última
198 sugestão que é identificar as crianças de famílias PAIF (Serviço de Proteção e
199 Atendimento Integral à Família), que são acompanhadas pelo CRAS (Centro de
200 Referencia de Assistência Social), e que estão em descumprimento das
201 condicionalidades, articulando-se com a educação para discussão acerca do
202 programa escola total. **Item 6** – Assuntos Gerais. A Sra. Rose coordenadora da
203 escola M. Nascimento informa que a situação na escola é ruim por ela estar
204 esvaziada, sem criança. Destaca que o maior público encontrado desde sua posse
205 no cargo, é da 3ª idade. Em meio a busca ativa do público infanto-juvenil, deparou-
206 se com a dificuldade de acesso aos serviços oferecidos, horas por falta do exame
207 médico, horas por falta da carteirinha de acesso. Apesar de reorganizar os horários
208 de funcionamento da secretaria, ainda continua com o espaço sem crianças.
209 Finalizando disse que enquanto não houver maior número de crianças e
210 adolescentes na escola, vai continuar criando estratégias para articular a rede
211 favorecendo o pertencimento da comunidade para com a escola, não vai medir
212 esforços para melhorar essa situação. Sra. Luci pontua a importância de
213 capacitação para aqueles que atendem o 0800 177766, guarda municipal,
214 guardião cidadão, polícia militar e civil bem como a delegacia estadual de ensino,
215 além de material de divulgação sobre como proceder em situação de violação de
216 direito. A Sra. Rose solita aos presentes que os mesmos forcem-se para chegar
217 até as 9h30 para que não haja tanto atraso na assembleia, respeitando aqueles
218 que chegam no horário. Sem mais assunto a tratar, a assembleia foi encerrada
219 pela coordenadora, e eu Vanessa Rodrigues, lavrei a presente ata, a qual se
220 apresenta assinada por mim e pela coordenadora, Sra. Rose Mary M. C. Azevedo.

221

222

223

224

Rose Mary M. C. Azevedo

Vanessa Rodrigues

225

Coordenadora CM-PETI

Secretária CM-PETI